

IDENTIDADE, DIVERSIDADE E RESISTÊNCIA: relações étnico-raciais na
Educação de Jovens e Adultos

Igor Ferreira Dantas¹, Claudionor Alves Da Silva²

RESUMO

Dados do IBGE (2022) apontam que, entre pessoas pretas ou pardas com 15 anos ou mais, 7,4% são analfabetas, mais que o dobro da taxa entre pessoas brancas (3,4%), evidenciando desigualdades estruturais. Desse modo, a seguinte pesquisa tem como objetivo analisar a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e sua relação com os sujeitos historicamente excluídos, destacando a importância de compreendê-la como direito e não como política meramente reparatória. O recorte teórico fundamenta-se em Freire (1983), Gomes (2012; 2017), Passos e Santos (2018), além das Leis nº 9.394/96 e nº 10.639/03, das Diretrizes Curriculares da EJA e das Diretrizes para as Relações Étnico-Raciais, que orientam a inclusão da história e cultura afro-brasileira na educação. Passos (2020) argumenta que o racismo institucional perpetua desigualdades de oportunidades, enquanto Gomes (2017) destaca o potencial emancipatório das lutas do movimento negro. A metodologia compreende pesquisa bibliográfica e mapeamento em periódicos da CAPES, identificando estudos que abordem EJA e relações étnico-raciais, no contexto das práticas pedagógicas e efeitos do racismo estrutural sobre o acesso e a permanência na educação formal. Os resultados indicam que a exclusão educacional da população negra persiste como herança da escravização e de políticas públicas insuficientes. Observa-se que o currículo da EJA, muitas vezes eurocêntrico, desconsidera saberes e experiências da população negra, reforçando silenciamentos históricos.

PALAVRAS-CHAVE: Educação de Jovens e Adultos; Relações Étnico-Raciais; Racismo Estrutural.

IDENTITY, DIVERSITY, AND RESISTANCE: Ethnic-Racial Relations in Youth and Adult Education

ABSTRACT

Data from IBGE (2022) show that among Black or Brown individuals aged 15 and older, 7.4% are illiterate—more than twice the rate among white individuals (3.4%)—highlighting structural inequalities. This research aims to analyze Youth and Adult Education (YAE) and its relationship with historically excluded groups, emphasizing the importance of understanding it as a right rather than merely a reparative policy. The theoretical framework is based on Freire (1983), Gomes (2012; 2017), Passos and Santos (2018), as well as Laws No. 9.394/96 and No. 10.639/03, the YAE Curriculum Guidelines, and the Guidelines for Ethnic-Racial Relations, which advocate for the

¹ Graduando do curso de Pedagogia na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB. Bolsista do Programa Institucional de Bolsa e Iniciação Científica - PIBIC. Gmail: igorcl.925@gmail.com

² Professor Doutor, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB. E-mail: claudionor.silva@uesb.edu.br

inclusion of Afro-Brazilian history and culture in education. Passos (2020) argues that institutional racism perpetuates unequal opportunities, while Gomes (2017) highlights the emancipatory potential of Black movement struggles. The methodology involves bibliographic research and mapping of CAPES journals, identifying studies that address YAE and ethnic-racial relations in the context of pedagogical practices and the effects of structural racism on access to and retention in formal education. The results indicate that educational exclusion of the Black population persists as a legacy of slavery and insufficient public policies. It is observed that the YAE curriculum, often Eurocentric, disregards the knowledge and experiences of the Black population, reinforcing historical silencing.

KEYWORDS: Youth and Adult Education; Ethnic-Racial Relations; Structural Racism

INTRODUÇÃO

Ao longo do tempo, a educação brasileira enfrentou grandes avanços e retrocessos. Nesse contexto, essa pesquisa tem como objetivo analisar a Educação de Jovens e Adultos e a sua relação com os sujeitos que dela necessitam, além de refletir sobre a importância do investimento dessa etapa educacional, que deve ser vista como direito do cidadão, e não apenas como opcional e reparatório para aqueles que historicamente foram excluídos e tiveram seus direitos renegados pela sociedade que privilegia uma elite embranquecida.

Para auxiliar nossa discussão, usamos como objeto de estudo a Lei 10.639/03 e a sua relação com a EJA, tendo em vista que, segundo o IBGE, cerca de 7,1% dos negros ainda não foram alfabetizados no Brasil. Quando pesquisamos sobre a população branca, os dados são de 3,2% de pessoas que não foram escolarizadas. Em comparação com a população negra, os dados somam menos que a metade, evidenciando um disparate, o que vem a desencadear uma problemática maior, que é os direitos da população negra, que, historicamente falando, são excluídas e negligenciadas desde o período da escravização e, apesar de grandes conquistas, ainda falta muito para que tenhamos uma educação equilibrada, em que os direitos sejam iguais para todos, assim como é redigido na Constituição Federal de 1988, pois, se a igualdade é um princípio fundamental, devemos condicioná-la a todos, sem distinção de cor, gênero, credo ou classe social.

Este trabalho apresenta um recorte sobre a educação das pessoas jovens e adultas. Para fundamentar este trabalho, recorreremos aos estudos de Freire (1981; 1987 e 2018), Gomes (2012 e 2017), os documentos oficiais como as leis 9.394/96 e 10.639/03, além das Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos e as Diretrizes Curriculares para as Relações étnico raciais.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para a realização deste trabalho, desenvolveu-se uma pesquisa bibliográfica, a partir do mapeamento de teses, dissertações e artigos científicos, que têm como objeto de estudo a Lei nº 10.639/03, que altera a Lei nº 9.394/96 (LDB) e torna obrigatório o ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira na Educação Básica. O mapeamento foi feito por meio da plataforma de periódicos da Capes com a utilização dos seguintes descritores: “Educação de Jovens e Adultos e as Relações Étnico-Raciais”, com a delimitação entre os anos 2016 até 2025, foram selecionados 8 entre os 20 artigos encontrados. Os critérios de exclusão ocorreram pelo fato de que os trabalhos excluídos não encaixavam com os objetivos da pesquisa.

Com base nesses descritores, verificamos que há uma vasta produção, mas até o momento, o que consideramos para este trabalho foram 2 teses, 3 dissertações e 2 artigos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O direito à educação, historicamente ligado a lutas sociais, ainda enfrenta desafios como o analfabetismo, que em 2022 atingia 9,6 milhões de brasileiros com 15 anos ou mais, em sua maioria idosos e residentes no Nordeste. Os dados revelam forte desigualdade racial: a taxa de analfabetismo entre pretos e pardos (7,4%) é mais que o dobro da encontrada entre brancos (3,4%), e chega a 23,3% entre negros com mais de 60 anos. Assim, a exclusão educacional recai majoritariamente sobre a população negra, reforçando desigualdades históricas desde a abolição da escravidão.

Autores como Freire defendem uma educação emancipadora, que possibilite compreender e transformar a realidade, em contraposição a práticas que apenas reproduzem o sistema. Passos (2020) destaca o racismo como estruturante das desigualdades sociais, refletindo-se na EJA, onde o currículo ainda privilegia a perspectiva eurocêntrica e silencia saberes afro-brasileiros. A Lei 10.639/03 representa um marco, ao tornar obrigatória a inclusão da História e Cultura africana e afro-brasileira, mas sua efetivação permanece frágil. Gomes (2017) ressalta o potencial emancipatório da luta negra e a necessidade de ruptura com estruturas seculares que marginalizam esses saberes.

Pesquisadores como Antonino (2015) e Cunha Júnior & Menezes (2024) evidenciam o silenciamento histórico e a discriminação múltipla sofrida pelos estudantes da EJA, em sua maioria negros e pobres. Assim, a modalidade deve assumir papel crítico, garantindo não apenas acesso, mas valorização da diversidade, construção de

identidade e reparação histórica. A efetividade da EJA, portanto, depende de políticas consistentes, currículo inclusivo e práticas pedagógicas que reconheçam a pluralidade cultural e promovam transformação social.

CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES

A análise empreendida reafirma a urgência de compreender a Educação de Jovens e Adultos (EJA) como um direito fundamental, especialmente para os sujeitos historicamente excluídos, e não como uma política de caráter compensatório. Os dados e referenciais teóricos mobilizados evidenciam que a persistência do analfabetismo entre a população negra é expressão concreta das desigualdades estruturais que atravessam o sistema educacional brasileiro.

A pesquisa revela que, embora existam avanços normativos e diretrizes que apontam para a valorização da diversidade étnico-racial, a prática pedagógica na EJA ainda se mostra limitada por uma lógica mercadológica e eurocêntrica, que ignora os saberes, as vivências e os protagonismos da população negra. Tal cenário reforça silenciamentos históricos e perpetua o racismo estrutural, dificultando o acesso e a permanência de estudantes negros na educação formal.

Diante disso, torna-se imprescindível que a EJA seja fortalecida por políticas públicas que assegurem não apenas o ingresso, mas também a permanência com qualidade, por meio de currículos que reconheçam e valorizem a pluralidade cultural e promovam práticas pedagógicas emancipadoras. A superação das desigualdades educacionais exige o enfrentamento do racismo institucional e a construção de espaços educativos que acolham e potencializem os sujeitos da EJA como agentes de transformação social. Assim, esta pesquisa, ainda em desenvolvimento, aponta para a necessidade de aprofundar o debate sobre a EJA como instrumento de justiça social, reafirmando o papel da educação na construção de uma sociedade mais equitativa, plural e democrática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTONINO, Maria do Socorro Flôr. Para além do didático: literatura africana na EJA à luz da lei 10.639/03. 2015.

ALVES, Simone Silva; OLIVEIRA, Everton Fêrrêr de; DOS SANTOS, Juliana Silva. Educação de Jovens, Adultos e Idosos e Educação Para as Relações Étnico-Raciais e Movimentos Sociais. RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade, [S. l.], v. 2, n. 4, p. 897–912, 2016. DOI: 10.23899/relacult.v2i4.373.

Disponível em: <https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/373>. Acesso em: 24 set. 2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, Brasília: SECAD; SEPPIR, junho, 2009.

CUNHA JÚNIOR, A. S.; Menezes, M. C. de. (2024). Alfabetização De Jovens E Adultos: Interfaces Dialógicas Com A Educação Das Relações Étnico-Raciais. Revista Em Favor De Igualdade Racial, 7(1), 51–68. <https://doi.org/10.29327/269579.7.1-6>

FREIRE, Paulo. Educação e mudança. Rio De Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Paz e Terra, 2018.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 25ª Ed. Rio De Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. A alfabetização de adultos: crítica de sua visão ingênua; compreensão de sua visão crítica. In: ação cultural para a liberdade: e outros escritos. Rio de janeiro: paz e terra, 2003.

GOMES, Nilma Lino. Movimento negro e educação: redesignando e politizando a raça. Campinas: EDUC, 2012.

DA SILVA, Natalino Neves. Educação de jovens e adultos e o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Crítica Educativa, v. 3, n. 3, p. 200-213, 2017.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

SANTOS, Karla de Oliveira. Problematizando As Relações Étnicorraciais No Livro Didático Da Educação De Jovens E Adultos A Partir Da Lei Nº 10.639/2003. IV Seminário Internacional Do Observatório Dos Movimentos Sociais Na América Latina (SIOMSAL) e II Seminário Internacional Curupiras, p. 7.

PASSOS, Joana Célia dos; SANTOS, Carina Santiago dos. A educação das relações étnico-raciais na EJA: Entre as potencialidades e os desafios da prática pedagógica. Educação em Revista, v. 34, p. e192251, 2018.

SILVA, Jaqueline Mirelle Melo Nascimento; ARANTES, Adlene Silva. Relações étnico-raciais em Limoeiro: o caso do festival da educação de jovens e adultos (FESTEJA). Educação, Ciência e Cultura, v. 26, n. 1, p. 01-19, 2021.